O império do capital e as políticas públicas, na sociedade sem oposição

LUIZ GIANI*

Resumo: Sociedade sem oposição é uma aporia, uma espécie de beco sem saída, tema relevante da Teoria Crítica da Sociedade, quando as sociedades tecnológicas avançadas, desde o entre-guerras mundiais, impossibilitavam uma transformação social qualitativa, radical. Na atual etapa da reengenharia da produção e seus efeitos negativos sobre os trabalhadores, por mais que a democracia seja evocada como condição para o avanço das políticas sociais, a emancipação humana permanece constrangida, sob o falso véu que cobre os olhos da "Justiça", o sufrágio universal, as liberdades constitucionais e as promessas de boa vida que instrumentalizam a dominação. Administrando interesses do capital e do trabalho, o atual Estado brasileiro viabiliza fracas coalizões entre empresas, governo e trabalhadores, ao enfrentar poderosas coalizões de capitalistas rentistas e financistas. No longo processo de "desmanche" dos movimentos populares, as "jornadas de junho" de 2013 e 2014 aparecem como tímidas faíscas de contestação e oposição. No quadro de inércia, relativa impotência econômica e política das classes trabalhadoras, pode haver um sinal de que as "jornadas" estejam dando início a um período de oposição ao grande capital. As opiniões e análises econômicas, na imprensa diária, expressam uma série de controvérsias, em torno do embaralhamento da realidade, quando múltiplos segmentos sociais, presos a coalizões entre classes sociais, tentam vencer a incerteza e a inércia.

Palavras-chave: Acumulação; Democracia; Equidade; Desmobilização; Inércia social.

The empire of capital and public policy in society without opposition

Abstract: Society unopposed is an aporia, a kind of stalemate, relevant topic of the Critical Theory of Society, when advanced technological societies, since the world interwar, made impossible a qualitative, radical social transformation. In the current stage of production rengineering and its negative effects on workers, much as democracy is evoked as a condition for the advancement of social, human emancipation remains constrained, under the false veil that covers the eyes of "Justice" universal suffrage, constitutional freedoms and promises of a good life that instrumentalize domination. Managing the interests of capital and labor, the current Brazilian state enables weak coalitions between business, government and workers when dealing with powerful coalitions of capitalist rentiers and financiers. In the long process of "dismantling" of popular movements, the "June days" of 2013 and 2014 appear as shy sparks of contestation and opposition. In the framework of inertia, relative economic and political working class impotence can be a sign that the "days" are beginning a period of opposition to big business. The opinions and economic analyzes, in the daily press, expresses a number of controversies surrounding the shuffling of reality when multiple social segments, arrested coalitions between social classes, try to overcome the uncertainty and inertia.

Key words: Accumulation; Democracy; Equity; Demobilization; Social inertia.

* **LUIZ ANTÔNIO AFONSO GIANI**, Mestre em Sociologia (Unicamp), Doutor em história (Unesp) e Pianista (UFRJ), é professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais (UEM).

Antes, os fetiches estavam sob a lei da igualdade. Agora, a própria igualdade torna-se fetiche. A venda sobre os olhos da Justiça não significa apenas que não se deve interferir no direito, mas que ele não nasceu da liberdade.
Adorno/Horkheimer

"A Justiça" – Alfredo Ceschiatti (Praça dos Três Poderes-Brasília)

A "Justiça" não é cega e não nasceu da liberdade. Ela é expressão de antagonismos sociais e legitima o aparato dominante. A Teoria Crítica da Sociedade, no contexto histórico da ascensão do nazismo, contra o qual buscou refúgio na democracia americana, nos adverte que suas teses sobre o "mundo totalmente administrado" miram as antinomias sociais das sociedades tecnológicas avançadas, das democracias americana e europeias. A crítica marxista da economia política foi um dos pontos de partida da Teoria Crítica.

Aqui, buscamos fundamentos na primeira geração da Teoria Crítica, gerados no contexto da sociedade fordista, momento em que a lógica da produção, distribuição e consumo ampliou, decisivamente, seu domínio sobre os bens espirituais, subordinando a cultura imaterial à racionalização das técnicas da produção de mercadorias e aos monopólios.

O toyotismo e a *reengineering*, inaugurando as bases do pós-fordismo, fortaleceram o império do grande capital, em nível mundial. Confirmando as teses da Teoria Crítica, ampliou-se a racionalização, desde a produção material à espiritual. O progresso tecnológico e a produção material e espiritual obtiveram o conformismo das maiorias sociais envolvidas na crença otimista nos avanços e promessas de felicidade, na "sociedade de consumo".

A racionalização é um fundamento que a Teoria Crítica denuncia como inversão: a racionalidade oculta a sua dimensão mistificadora, de irracionalidade e barbárie. Liberdade e autonomia, nas democracias, sob a lógica da mercadoria, são simulacros que ocultam a ausência de liberdade e autonomia. Os fundamentos da dominação, aparentemente anônimos, são processos de irracionalidade e barbárie, na produção e consumo dos prazeres, diversões, entretenimentos, música popular, televisão, arte e astrologia, entre outros temas aos quais se dedicou a Teoria Crítica. A administração da sociedade, mantida e reproduzida por administrações públicas e privadas da sociedade tecnológica avançada e democrática, garante a transformação da estrutura da mente em um instrumento dócil, passivo, conformista, mutilado, paralisado, destituído de autonomia (heterônomo), retirando do indivíduo a capacidade de pensar criticamente. No período de construção da Teoria Crítica, as entidades culturais já estavam sob o domínio da mercadoria, embora Walter Benjamin ainda manifestasse seu otimismo no futuro da arte, especialmente, o cinema, objeto principal de sua reflexão sobre a necessidade de politizar a estética e elevar a consciência dos trabalhadores, contra a estetização da guerra pelo fascismo e o futurismo e a instrumentalização da arte pelo capitalismo (BENJAMIN, 1975).

A subordinação da sociedade ao império da mercadoria deve-se à crescente integração entre o econômico e o político. Nesta crescente interdependência, atuam as poderosas

administrações públicas e privadas, para assegurar uma totalidade social, sem oposição. No entanto, é necessário reconhecer que os estudos da primeira geração da Teoria Crítica expressam um relativo afastamento da práxis, devido à preocupação dos teóricos críticos com a capacidade do capitalismo de eliminar a oposição. Eles exageraram nas tintas que retratam a sociedade totalmente administrada, total(itária), integradora, perdendo de vista parte significativa das lutas sociais:

> Ao tentarem explicar a ausência de revolução tenderam a subestimar a complexidade dos acontecimentos políticos, e sua suposição de que a transformação deveria ter ocorrido por meio de um rompimento decisivo com a ordem existente levou-os a dar um peso indevido ao poder das forças que operam para a estabilização da sociedade. Ao procurarem explicar porque aquilo que esperavam não ocorreu, exageraram a capacidade do "sistema" de absorver a oposição. Em conseqüência disso, a teoria crítica perdeu de vista várias lutas sociais e políticas importantes, tanto no Ocidente como fora dele – lutas que mudaram e continuam mudando a face da política. (HELD, 1988, p. 131)

Pretende-se, neste ensaio, deixar evidente o modo como a dominação econômica e político-cultural inibe a força dos movimentos sociais e as políticas sociais de atendimento às necessidades dos trabalhadores. O objeto do estudo são as variadas formas de pensamento econômico veiculadas pela *Folha de S. Paulo*, entre as "jornadas de junho" de 2013-2014.

Democracia e hegemonia do capital

Não pretendemos abusar das tintas que retratam a economia brasileira como um quadro de dominação total da economia sobre o Estado democrático, como se economia e Estado fossem um bloco monolítico de domínio absoluto. Porém, é reconhecido o considerável impacto prático dos estudos da Teoria Crítica a respeito das variadas formas de dominação que inibem a transformação qualitativa, radical, da sociedade.

No caso brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo sucumbiu ao poder de desmobilização que o capitalismo exerceu sobre o Estado democrático e os movimentos sociais, que não eram, assim, tão radicais, porque limitados a projetos reformistas inspirados no modelo getuliano de desenvolvimento. O

medo (e riscos reais), no entanto, de que o reformismo desse lugar a uma revolução radical, alavancou a intervenção das forças armadas, a extinção do Estado de direito, a perseguição e a tortura. Por um longo período, a sociedade vivenciou uma experiência totalitária e, no processo de redemocratização, conviveu com a ambigüidade entre, de um lado, a distensão, sob o Estado de direito, com anistia geral, pluripartidarismo – incluindo partidos socialistas e comunistas –, retorno dos movimentos sindicais e sociais, e, de outro lado, o processo de "desmanche" da política, dos movimentos sociais, e a manutenção do aparato repressivo – a ser acionado, sempre que julgado necessário – no cenário de coalizões entre classes sociais antagônicas, em que os "donos de dinheiro" têm a primeira e última palavra. No pensamento gramsciniano, a repressão pela força física, armada, cede lugar para a dominação pela "hegemonia". Com a redemocratização, a dominação social consolida-se, sem necessidade das armas como principal recurso. A dominação pela hegemonia é semelhante ao processo repressivo que, na Teoria Crítica, é designado como "razão instrumental" e "indústria cultural".

A redemocratização brasileira ocorre no mesmo período da reestruturação produtiva, em escala mundial. No toyotismo e na *reengineering* (reengenharia da produção ou "produção enxuta") prevalece o propósito maior de enxugar, eliminar gorduras, ou seja, postos de trabalho. Trata-se de eliminar os espaços ociosos da divisão do trabalho legados pelo fordismo, a especialização, os excessos de força de trabalho empregada e a divisão entre o trabalho e o lazer. A vingança do capital volta-se contra o Estado de Bem-estar Social, as leis de proteção ao trabalho e previdência e a tradição de luta operário-sindical. É a flexibilização. O neo-liberalismo faz do Estado um refém da economia. O mais destrutivo aparato de desmobilização dos trabalhadores represa os movimentos sindicais e sociais. Cresce a impotência econômica e política dos cidadãos e do Estado, no enfrentamento ao capital cada vez mais empoderado.

Indicadores do poder da economia e a fragilidade das políticas públicas

Vinicius Torres Freire, em sua coluna "Os donos do dinheiro e o Brasil", questiona os indicadores de fragilidade econômica adotados pelo Banco Central dos Estados Unidos, o Fed, e divulgados no Relatório de Política Monetária. É preciso enfatizar que os indicadores são estritamente financeiros, sem qualquer espaço para a responsabilidade social da produção, um retrato fiel da "economia vulgar", "ciência de monstros", que gira, exclusivamente, em torno de coisas e mercadorias.

> Os donos do dinheiro grosso e líquido, os financistas do mundo, passaram a achar que o Brasil é uma economia "frágil" desde maio do ano passado, mais ou menos quando ficou claro que a economia mundial mudava de rumo, dada a mudança nos EUA.
>
> Os donos da maior e mais importante torneira de dinheiro do mundo, o banco central dos Estados Unidos (o Fed), acham que os donos do dinheiro estão certos.
>
> Quase não haveria como esperar conclusão diferente, que consta do Relatório de Política Monetária do Fed, texto que o BC americano tem de enviar todo semestre ao Congresso deles e que foi publicado ontem. (FREIRE, 12.02.2014)

Freire lista os indicadores utilizados pelo Fed e que levaram este banco à

conclusão sobre a "fragilidade", desde maio de 2013, da economia brasileira:

> Os indicadores de fragilidade, segundo a avaliação do Fed, simplesinha e convencional, são: 1) Déficit externo (saldo em conta corrente, diferença entre exportação e importação de bens e serviços); 2) Dívida bruta do governo em relação ao PIB (ao tamanho da economia); 3) Taxa média de inflação nos últimos três anos; 4) Variação do crédito para o setor privado como proporção do PIB (nos últimos cinco anos); 5) Razão entre dívida externa do país e valor de um ano de exportações; 6) Tamanho das reservas internacionais em relação ao PIB. (*idem*)

Os indicadores de fragilidade econômica adotados pelo Fed não medem as condições dos trabalhadores e o atendimento às suas necessidades. Expressam, exclusivamente, interesses lucrativos e condições para a movimentação de capitais: "mais déficit externo, mais inflação, dívida externa grande, aumento rápido do crédito, dívida pública alta, tudo isso teria sido levado em conta pelos financistas no momento de pensar se era o caso de dar o fora de um país" (FREIRE, 12.02.2014). Freire questiona o Fed: "O que fazer, segundo o Fed? O de sempre: governos devem gastar menos, reduzir a inflação e fazer ´reformas`".

No artigo "Jornalismo econômico", o economista Marcelo Miterhof (BNDES) afirma que "falta esforço para entender a racionalidade econômica não convencional, não liberal; a tarefa não é fácil" (MITERHOF, 06.02.2014). Afirmando que "a conjuntura não é ruim, embora tampouco seja empolgante", ele comenta, especialmente, o pessimismo exagerado da corrente econômica liberal que prioriza a redução dos gastos públicos. A maioria dos economistas acredita que a "natureza" da economia não possa ser contrariada. Instaura-se uma batalha econômica e ideológica por distribuição:

> O liberalismo econômico tem duas vantagens em termos de persuasão. Por ser um paradigma de equilíbrio, que, na teoria, tem dinâmicas auto-ajustadas (o equilíbrio geral), é mais simples de entender. Além disso, ele evoca um princípio "moral" poderoso: a parcimônia, principalmente quando aplicada a terceiros.
>
> O governo deve gastar menos, buscando a eficiência, para manter a inflação baixa e, assim, dar espaço e confiança aos empresários para investir. Para aumentar a competitividade sistêmica, o gasto público deve priorizar a infraestrutura e a educação. De resto, o livre mercado resolve ou "faz sua mágica".
>
> Um governo agir com uma lógica distinta significa contrariar a "natureza" da economia e invariavelmente tem um resultado final ruim.
>
> A maioria dos economistas crê nisso. Mas o conhecimento econômico tem graves dificuldades de verificação empírica e é viesado por ideologias. Frequentemente, ocorre defesa de interesses específicos como se fosse uma causa pública.
>
> Por isso, a cobertura precisa diversificar suas análises e suas fontes. O período é particularmente relevante, pois o país vive uma batalha ideológica e distributiva em razão da tentativa do governo de enfrentar o histórico problema dos juros altos. (MITERHOF, 06.02.2014)

A subserviência do Estado é imposta por interesses particulares dominantes, como se fossem interesses de todos, causa

pública, coletiva, colocando um véu sobre a cumplicidade entre as instituições democráticas e o império do capital. As tentativas democráticas de controlar o capital esbarram na estruturas econômicas e jurídico-políticas que se valem da própria democracia para fazer valer os interesses particulares de poderosas corporações mundiais. O corte de gastos públicos é, sempre, uma ameaça às políticas e programas sociais A impotência econômica e política dos cidadãos e do Estado pode ser revertida? Sua força abalada pode ser alavancada pela própria dinâmica da democracia, pela mobilização popular, sua representatividade e o exercício do voto?

Limites da democracia e do distributivismo

Já no final do período de nossa pesquisa de opiniões e análises econômicas, aparece uma coluna de Delfim Netto intitulada "Reacionários". Sobre o risco da submissão da democracia ao poder do capital, Delfim Netto faz uma advertência: cabe às "urnas" sugerir o caminho do processo civilizatório, pois a democracia é o pólo que se contrapõe ao mercado, para promover "uma distribuição mais equitativa do que foi produzido". A enorme maioria, diz ele, que "aluga" a sua força de trabalho aos proprietários do capital, é "empoderada" pela democracia e, através desta, empreende uma longa luta pela distribuição da riqueza. A conquista de maior equidade distributiva, através do sufrágio universal, faz parte de um "longo e penoso jogo dinâmico entre as leis físicas e as limitações tecnológicas impostas pelo ´mercado` no processo produtivo". O caminho do processo civilizatório não é linear e, sempre que se tenta apressá-lo, por uma "via rápida", o processo conduz à barbárie, adverte o economista:

> É o longo e penoso jogo dinâmico entre as leis físicas e as limitações tecnológicas impostas pelo "mercado" no processo produtivo, contra a exigência de equidade distributiva maior do que a que foi produzida expressa na "urna", que vai sugerindo o caminho do processo civilizatório. Ele claramente não é linear, mas, todas as vezes que se tentou uma "via rápida" para substituí-lo, terminou-se na barbárie. Neste momento de grande confusão mental, em que "intelectuais superdemocratas" se apresentam como portadores da "via rápida", a melhor coisa a fazer é tomá-los pelo que verdadeiramente são: perigosos reacionários! (DELFIM NETTO, 14.05.2014, p. A2)

Em artigo anterior, intitulado "Desigualdade", Delfim Netto trata da relação entre a taxa de retorno do capital e a taxa de crescimento do PIB como problema político, algo que possa ser, paulatinamente, equacionado pelas "urnas". Ele associa tal relação à tese sobre o aumento da desigualdade social que Piketty apresenta em sua obra "O Capital no século 21". Manifestando sua crença no "bom funcionamento do mercado" e no "bom funcionamento das urnas", ele argumenta que cabe às urnas impedir os efeitos negativos da acumulação do capital sobre a democracia. Assim, ele conclui que o problema colocado por Pikety, reduzido à sua essência, não é econômico e resulta de pura aritmética:

> se a taxa de retorno do capital (que ele, como a maioria dos economistas em seus modelos chama de "r") for permanentemente maior do que a taxa de crescimento do PIB (que ele, como os economistas, chama de "g"), então haverá, necessariamente, uma acumulação de renda e patrimônio que, ao fim e ao cabo, submeterá a democracia ao controle

> do capital e tornará o "capitalismo" disfuncional.
>
> O problema não é econômico, é político! Não tem nada a ver com "esquerda" ou "direita". Instituições mal construídas permitem que uma classe se aproprie do excedente econômico produzido pelo trabalho, como ocorria no regime colonial e ocorre no capitalismo de "compadres"...
>
> (...)
>
> São as instituições e o jogo dialético permanente entre o bom funcionamento dos "mercados" e o bom funcionamento das "urnas" que determinam a relação entre "g" e "r". (DELFIM NETTO, 28.05.2014, p. A2)

Entende-se que as reflexões do autor deem sentido ao fato de que o mercado, por não proporcionar a equidade necessária, sofrerá as devidas intervenções acionadas pelas instituições democráticas, sob a pressão das urnas e reivindicações das ruas. No entanto, é importante perguntar sobre o poder das instituições, nos limites da democracia sob o domínio do capital, já que a maioria dos cidadãos não vai às urnas para colocar em xeque a estrutura econômica, para decidir se a estrutura produtiva deve ou não deve permanecer atrelada à propriedade privada do capital.

O conformismo do corpo e da mente e o voto depositado nas urnas já estão, preestabelecidamente, subordinados ao "espírito animal", o mercado, o aparato produtivo e sua consagração jurídico-constitucional da propriedade do capital e sua acumulação. Como poderão o trabalho e as instituições democráticas superar o próprio capital que os aprisiona, se a urna, servindo a ambos, é instrumento do poder político-econômico, na conjuntura em questão, de coalizão de classes sociais? A via democrática não conduz à superação da dominação, segundo a tese de que seja um caminho necessário, mas não suficiente. Uma efetiva tributação do capital patrimonial e rentista, caso seja implantada, em nada muda a essência do regime de propriedade, que sairá mais fortalecida com os benefícios canalizados para as políticas sociais.

As teses sobre o controle da mente e o conformismo, nas democracias, advém do próprio pioneirismo da Teoria Crítica, criadora do termo "indústria cultural", que aparece na obra "Dialética do iluminismo", de Adorno/Horkheimer, prefaciada ainda durante a guerra mundial, em 1944, em Los Angeles. O capítulo "Indústria cultural: iluminismo como mistificação das massas" fundamenta-se na crítica marxista da economia política. A "razão instrumental" submete todas as dimensões do indivíduo, desde o trabalho ao lazer e o pensamento, de modo que a mente não perceba os fins destrutivos do progresso e a regressão da própria mente, pois o pensamento deixa de pensar o próprio pensamento. O progresso é contraditório, simultaneamente, racionalidade e irracionalidade, que desperta e idiotiza as pessoas. Assim, entre as urnas e os interesses do capital, o sempre vitorioso é a acumulação do capital cujas entranhas as massas não visualizam. No prefácio à obra, os autores assinalam tal superioridade, em decorrência da naturalização da sociedade produzida pela associação entre mercadoria, tecnologia e produção da abundância, aos quais se submetem, prazerosamente, o indivíduo e as massas:

> A naturalização dos homens hoje não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais

> que o controlam uma **superioridade imensa** (*o grifo é nosso*) sobre o resto da população.
>
> O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos.
>
> Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação. Mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo. (ADORNO/HORKEMEIR, 1985, p. 14)

Os trabalhadores são expropriados de seus produtos, no regime de assalariamento, e seus produtos deixam de expressar o caráter social de seus trabalhos. Transformados os produtos em mercadorias, estas encobrem as características sociais do trabalho dos homens, de dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos, etc., e suas necessidades de trocarem entre si, livremente, os produtos dos seus trabalhos individuais. As relações sociais entre trabalhadores são ocultadas por relações sociais entre mercadorias, entre coisas (reificação, do latim: *res, rei*=coisa). O fetichismo está nesta dissimulação de relações sociais entre trabalhadores/produtores em relações entre coisas, como na magia que transforma forças vivas em animais ou pedras. Tal objetivação inverte e oculta a realidade humana, com um véu mágico que se coloca entre a mercadoria e a divisão do trabalho social. Assim, o valor da mercadoria, cuja fonte é o trabalho, é concebido, de forma invertida, como se fosse um atributo da própria mercadoria, de elementos materiais da natureza. Invertendo a fonte do valor, o mercado opera uma negação da essência humana e aparece como normalidade, como se fosse uma eterna forma natural da produção social. A energia humana, transformada em mercadoria, vendida e comprada no mercado, entra no acordo (salarial) para gerar riqueza excedente e lucro para quem a expropria, deixando de gerar produtos com a finalidade de atender as necessidades humanas de todos os homens, sem exceção. A inversão impede ao pensamento perceber tal alquimia. O logro, dissimulação, visto como natural, interrompe o processo de autonomia da consciência, a crítica, a negação da negação.

Cabe à indústria cultural completar o processo de dominação do capital sobre o corpo e a mente. O conformismo e a ilusão da equidade social ocultam a ausência real da equidade. A distribuição da renda, bem como a distribuição de terras e moradias para os “Sem Terra” e os “Sem Teto”, minimizam o sofrimento dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, constituem instrumentos de garantia e reprodução da intocabilidade do regime. Da mesma forma, a tributação do capital rentista e o controle da movimentação de capitais abrem possibilidades de geração de recursos para as políticas públicas, mas deixam intacto o regime de propriedade e o poder do capital.

Uma vez superada a escassez, o patamar da sociedade afluente é o da abundância

suficiente para todos. Havendo abundância, por quê a submissão de minorias à fome, miséria, pobreza, e das maiorias a uma série enorme de carências? Hoje, a população no nível da fome é de cerca de 15% da população mundial, aproximadamente, 900 milhões, o que expressa a necessidade do capitalismo de manter a contradição. O problema não começa na distribuição, mas, sim, na estrutura produtiva, na exploração da força de trabalho e acumulação do capital, que as democracias solidificam. A capacidade tecnológica é suficiente para sustentar a produção de alimentos em escala muito superior às necessidades da população mundial. Na dita "globalização", sob o neo-liberalismo, a equidade e universalização do atendimento às necessidades humanas de todos os homens, sem exceção, esbarram na ampliação da miséria decorrente do processo de acumulação do capital. Os limites da democracia e do distributivismo, impostos pelo próprio capital e o conformismo social que ele engendra, promovem uma equidade degradante, impossibilitam a via emancipatória da transformação qualitativa, radical, impedem que se crie a base material da existência humana, no "longo e penoso processo de desenvolvimento social", a base que "só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens **livremente** (*o grifo é nosso*) associados, submetida a seu controle consciente e planejado" (MARX, 1975, p. 88).

Sociedade sem oposição, na coalizão de classes sociais

Na ausência da revolução nas sociedades tecnológicas avançadas, as forças poderosas do regime de propriedade, sob a lógica da mercadoria e a democracia, operam para inibir os movimentos sociais. No entanto, a tributação sobre o grande capital rentista, nos limites da estrutura intocável da propriedade do capital, já foi, historicamente, colocada em curso, durante a construção do Estado de Bem-estar Social americano. O capital rentista ainda não havia atingido sua plenitude, no período subseqüente à Segunda Guerra Mundial e sujeitou-se a financiar o bem-estar coletivo. Frente à impossibilidade de uma transformação qualitativa, Marcuse percebia algumas possibilidades de resistência e oposição, como a luta de libertação nacional contra o imperialismo, a dos negros, a dos hippies e a dos trabalhadores, pela diminuição da jornada de trabalho, contra labuta desnecessária. Se os fundamentos da sociedade tecnológica avançada, sob o fordismo, estão mais fortalecidos, hoje, nas sociedades mais avançadas e nos "emergentes", como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), pode-se fazer uma ressalva de que o regime "globalizado" esteja cada vez mais negativo e destrutivo, no sentido de que a *reengineering* inibiu e eliminou conquistas históricas dos trabalhadores e ampliou os mecanismos de controle e desmobilização dos trabalhadores e movimentos sociais.

Quando o modelo é sujeitado ao "cientificismo", diz Delfim Netto, no artigo "Desigualdade" (28.05.2014, p. A2), elaboradores de modelos economicistas recusam-se a entender que o "átomo da economia" é dotado de liberdade e consciência, é um cidadão que vota. Pensamos que, se o empresariado tem menor peso numérico, em votos, por outro lado, sua força persuasiva é gigantesca, como poder dominante, força econômico-política, jurídica e ideológica. No artigo, o autor parece enfatizar a ação comunicativa entre o poder do empresariado e o poder

do "cidadão comum", que ele tem na conta de "sujeito" de uma política democrática de governo. Pode-se, no entanto, questionar a fraqueza das aproximações entre o burguês e o cidadão, uma vez que o cidadão é menos sujeito que sujeitado. O autor não trata dos limites estruturais impostos à mente e ação das classes trabalhadoras sujeitadas ao capital e tal objetivo parece não ser o traçado para suas breves reflexões, embora o artigo não esconda a crença no "bom funcionamento" dos mercados e das urnas, sob o argumento de que "são as instituições e o jogo dialético permanente entre o bom funcionamento dos ´mercados` e o bom funcionamento das ´urnas` que determinam a relação entre ´g` e ´r`" ("g" é a taxa de crescimento do PIB e "r", a taxa de retorno do capital).

Colocar limites ao capital significa uma possibilidade de equidade muito precária, sem qualquer avanço na superação da estrutura acumulativa. Por ocasião da explosão da bolha americana de 2008, Bresser-Pereira anunciava, na coluna "Fim da onda neoliberal", que o neoliberalismo, finalmente, fracassou (BRESSER-PEREIRA, 21.04.2008). Em fevereiro de 2014, em "República e desenvolvimentismo", ele chama a atenção para o elo "frouxo" da coalizão desenvolvimentista entre empresários, governo e trabalhadores e faz uma confissão de fé em um "novo desenvolvimentismo social sempre renovado". Trata-se de uma sociedade de classes sociais que atua de forma cooperativa, uma espécie de coalizão de forças entre classes antagônicas. De um lado, "coalizões desenvolvimentistas formadas **frouxamente** (*o grifo é nosso*) por empresários, trabalhadores e burocracia pública", e, de outro, coalizões liberais de capitalistas rentistas e financistas:

> O desenvolvimento não nos é dado de presente. É fruto de construção social, que implica conflito e cooperação em sociedades de classes sociais. Implica luta de classes e possibilita coalizões entre elas.
>
> A luta de classes almejava o socialismo, e não foi resolutiva. Já as coalizões de classe são hoje a forma de organização da sociedade através da qual a luta pelo desenvolvimento se dá. Ela se trava entre coalizões desenvolvimentistas formadas **frouxamente** (*o grifo é nosso*) por empresários, trabalhadores e burocracia pública, e coalizões liberais de capitalistas rentistas e financistas. A República é o objetivo de todos. Mas um novo desenvolvimentismo social sempre renovado é a melhor estratégia para alcançá-la. (BRESSER-PEREIRA, 10.02.2014, p. A11)

De onde vem a força social capaz de colocar limites no império do capital? Na rodada cíclica de prosperidade e recessão, a prosperidade possibilita o atendimento relativo de expectativas de todas as classes sociais, porém, a fase de desaceleração ou estagnação é proibitiva para as condições sociais dos trabalhadores, mas, geralmente, benéfica para os segmentos financeiros "abutres". É também proibitiva para as pequenas e médias empresas, sacrificadas por aumento de custo, endividamentos, queda da demanda, etc., enquanto o império do grande capital permanece fortalecido[1].

[1] O alto índice de mortalidade das pequenas e médias empresas, em julho de 2014, conforme dados da Serasa (proprietária do maior banco de dados de crédito do país), acusou que 25% das empresas do setor produtivo, ou seja, 3,5 milhões (de 14 milhões de cadastros ativos do CNPJ), estão inadimplentes. A inadimplência do grande capital é pequena, apenas 9%, contra os 91% de

A inércia social e a batalha frustrada contra o capital financeiro

Após uma fase de prosperidade, iniciada a estagflação, as "jornadas de junho" de 2013 emergiram como um sinal de retomada da força dos movimentos sociais, após duas décadas de "desmanche da política" e dos movimentos sociais. A desaceleração do crescimento cria dificuldades para a continuidade e eficácia das políticas públicas e programas sociais. Por sua vez, o desenvolvimento econômico e social e sua eficácia dependem de uma base de sustentação, pela mobilização e participação popular.

André Singer encontra na entrevista concedida por Belluzzo (*apud* LUCENA, 29.12.2013) uma "visão cristalina" sobre os últimos anos de desaceleração da economia brasileira, em situação de impasse frente à depressão da economia mundial. No artigo "Armadilha lulista", ele retoma reflexões de Belluzzo e aborda as relações entre o quadro econômico e a inércia social. E cita, também, Bresser-Pereira, para quem as medidas iniciais de redução da taxa de juros, desvalorização do real e restrição ao movimento do capital especulativo foram "passos ousados" para a retomada do crescimento, durante a depressão da economia mundial. Singer relata essa batalha:

> ...o governo Dilma foi atingido em cheio pela segunda etapa da crise capitalista. Enquanto Lula viu-se beneficiado pelas "benesses do ciclo de commodities", a presidente pegou uma longa fase de depressão da economia mundial.
>
> Para sustentar o dinamismo do Brasil em um contexto de desaceleração global seria necessário ter uma indústria forte. Mas, para tanto, o país precisava ter desvalorizado bastante o real, como já vinha alertando há alguns anos o ex-ministro Bresser-Pereira.
>
> A presidente teve a coragem de enveredar na direção necessária, realizando significativa redução da taxa de juros contra o desejo do mercado financeiro. Ao diminuir o ganho rentista, reduz-se a atratividade do Brasil como plataforma de valorização do capital especulativo internacional e, dessa forma, ajuda-se a controlar o sobrepreço da moeda.
>
> Ato contínuo, a equipe econômica e o Banco Central, orientados por Dilma, provocaram uma minidesvalorização do real, além de reforçar as medidas voltadas para restringir a liberdade de entrada e saída dos especuladores. Em outras palavras, mesmo que, como aponta Bresser-Pereira, não tenham sido na proporção devida, foram dados passos ousados para romper as amarras que impediam o Brasil de retomar o crescimento. (SINGER, 04.01.2014)

Porém, o cenário começou a se reverter. Importa, aqui, enfatizar como a inércia social contribuiu para o recuo, interrompendo os passos "ousados":

> De repente, no final de 2012, começa a haver uma reversão. O BC anuncia que voltará a aumentar os juros. O que houve? O governo sentiu que não tinha força para prosseguir no caminho iniciado. Ao contrário de investir, os empresários se afastaram de Dilma, por

pequenas e médias empresas. Estas respondem por 52% dos empregos formais. Em períodos de estagnação, são as mais afetadas: débito em atraso no banco, emissão de cheque sem fundo, títulos protestados, ações judiciais porque não pagaram fornecedores ou funcionários, luz e telefone cortados, ou entraram em recuperação judicial – processo em que se pede prazo para negociar com credores (SCIARRETTA e FERNANDES, 15.09.2014, p. B1).

> considerá-la intervencionista. (*idem*)

Sem a necessária base social, a política econômica não consegue colocar freios no domínio do capital financeiro mundial. Na visão de Belluzzo, o governo estava "perdendo a batalha ideológica e política para o mercado financeiro" e, seguindo os cânones dominantes, "deu uma recuada diante da correlação de forças". "Com o câmbio muito fora do lugar e essa situação internacional, haverá dificuldades de reativar a economia" (BELLUZZO, *apud* LUCENA, 29.12.2013). De um lado, a força do pessimismo e afastamento dos empresários, que começam a denunciar o que chamam de intervencionismo, e, de outro, a ausência da força social que daria sustentação às rupturas, ambos contribuíram para a mudança de rumo. Em fevereiro de 2013, Belluzzo volta a falar de uma série de "fenômenos que castigam os países que entregam o destino da economia nacional aos caprichos e humores da finança" (BELLUZZO, 08.02.2014). Na ausência da mobilização social que pudesse dar sustentação à ruptura necessária, Singer deixa no ar a dúvida sobre a energia social capaz de sustentar a batalha contra a paralização:

> O eleitorado lulista, por sua vez, "é o pessoal mais desinformado sobre as razões dos problemas, que foi submetido a um processo de obscurecimento durante séculos", diz Belluzzo.
>
> Resultado: em lugar de 2013 ser o ano da retomada que Dilma deve ter planejado, foi caracterizado pela reversão sistemática do que fora plantado no período precedente. A armadilha está em que, como o lulismo não é mobilizador, não pode politizar as questões de fundo, autoimpedindo-se de construir uma base social suficiente para sustentar a ruptura necessária. De onde, então, virá a energia capaz de quebrar as 11 varas da camisa que, segundo Belluzzo, paralisa a nação? (SINGER, 04.01.2014)

Conclusão

O enfraquecimento da democracia, entendida esta como força viva das classes trabalhadoras, impede a viabilização de projetos ousados de desenvolvimento que enfrentem os interesses do capital e atendam às demandas por valorizações salariais e melhorias dos serviços públicos, como as reivindicadas pelas "jornadas de junho" de 2013-2014. É um enrosco do qual, historicamente, o grande capital retira proveitos em larga escala, tanto na prosperidade, quanto na recessão, especialmente, na sociedade sem oposição, marcada pela inércia social.

Referências

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. Prefácio. In **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 9-16

_____. O Iluminismo como mistificação das massas. In **Indústria cultural e sociedade** / Theodor W. Adorno; seleção de textos: Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 5-44

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Tediosa reiteração. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2014, Opinião, p. A3. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/151241-tediosa-reiteracao.shtml Acesso em: 9 fev. 2014

BENJAMIN, Walter. A Obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER Max, ADORNO, Theodor e HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, XLVIII), 1975, p. 9-34

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Fim da onda neoliberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2008. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2104200806.htmAcesso em: 6 mai. 2014

_____. República e desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2014, Mundo, p. A11. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/151578-republica-e-desenvolvimentismo.shtmlAcesso em 11 fev 2014

DELFIM NETO, Antônio. Desigualdade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2014/05/1461023-desigualdade.shtml Acesso em: 28 mai. 2014

_____. Reacionários. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mai. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2014/05/1454013-reacionarios.shtmlAcesso em: 28 mai. 2014

FREIRE, Vinícius Torres. Os donos do dinheiro e o Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2014/02/1410907-os-donos-do-dinheiro-e-o-brasil.shtmlAcesso em: 13 fev. 2014

HELD, David. Escola de Frankfurt. In BOTTOMORE, Tom *et alii*. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 127-132

LUCENA, Eleonora. Governo perde batalha para mercado financeiro, e país está em camisa de 11 varas, diz Belluzzo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2013, Mercado, p. A17. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/12/1391113-governo-perde-batalha-para-mercado-financeiro-e-pais-esta-em-camisa-de-11-varas-diz-belluzzo.shtml Acesso em: 10 fev. 2014

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política). Livro I: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

MITERHOF, Marcelo. Jornalismo econômico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelomiterhof/2014/02/1408196-jornalismo-economico.shtml Acesso em 6 fev. 14

SCIARRETTA, Toni e FERNANDES, Anais. País tem 3,5 milhões de empresas inadimplentes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 2014, Folhainvest, p. B1. Disponível em:http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/185701-pais-tem-35-milhoes-de-empresas-inadimplentes.shtml. Acesso em: 20 set. 2014

SINGER, André. Armadilha lulista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jan. 2014, Opinião, p. A2. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/146250-armadilha-lulista.shtml.Acesso em: 23 jan. 14.

Recebido em 2014-10-09
Publicado em 2014-10-15